

## EDITORIAL

Sair da ideia e torná-la obra “leva tempo e pede liberdade”. Assim me descreveu o processo de aprendizagem um camponês, assentado nos gerais do Norte de Minas. Da mesma forma, a ideia deste DOSSIÊ TRABALHO E EDUCAÇÃO: DIVERSIDADE E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO foi explicitada no decorrer do VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE, da FaE/UFMG, no final de agosto de 2011, cuja temática orientadora foi: *Trabalho, política e formação humana: desafios e tendências da formação profissional em defesa do público*. Na ocasião, chamamos a atenção para o crescimento de um movimento nacional por uma educação do campo, que vem buscando, nas duas últimas décadas, superar a invisibilidade histórica da temática do trabalho na agricultura e da educação na realidade do campo brasileiro. Podemos dizer que há uma identidade teórica e política do movimento nacional por uma educação do campo, que busca articular as lutas camponesas por terra e a reforma agrária com suas experiências de educação escolar e não-escolar, com a perspectiva apontada na história da criação do NETE, também inaugurada na década de 90.

Assim, reconhecendo que a Revista TRABALHO & EDUCAÇÃO vem se consolidando como um “caleidoscópio” de situações e realidades do trabalho no Brasil contemporâneo nesses mais de 15 anos em que é publicada, sugerimos que seria ótima oportunidade para mostrar a relevância e os avanços das pesquisas e de práticas pedagógicas relacionados à educação do e no campo.

No contexto atual de desigualdade histórica de investimento nas políticas educacionais e sociais no campo, de um lado, e de crise das cidades e de degradação do urbano, por outro, entendemos ainda que as realidades no campo e na cidade são, cada vez mais, unidades complexas, contraditórias e interdependentes e, assim, julgamos que as mudanças estruturais da organização e das condições de trabalho no Brasil, dependem das transformações no campo brasileiro e, fundamentalmente, da democratização da terra e dos territórios étnicos no país.

Neste número da TRABALHO & EDUCAÇÃO aponta-se para esse rumo e, nos artigos que abrem a edição, a própria história da Revista, articulada à criação do NETE, é uma referência na *Incorporação da ergologia no Brasil: avanços, limites e perspectivas*, no artigo de Eloísa Helena Santos, que trata da abordagem ergológica introduzida nos estudos sobre o trabalho, cuja intencionalidade é conhecê-lo para transformá-lo “por intermédio dos seus protagonistas – os trabalhadores e as trabalhadoras”. A autora apresenta uma pesquisa bibliográfica acerca da incorporação de conceitos no âmbito da ergologia na produção do conhecimento no campo da educação no Brasil, nos cenários específicos da FaE/UFMG e do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte, dada a relevância do conjunto de trabalhos aí produzidos. Os outros três artigos também problematizam a relação trabalho e educação nos níveis macro e em contextos urbanos e universitários particulares.

Roberto Fini e Herbert de Souza, num texto que trata d'*A escolaridade como causa e como efeito do desenvolvimento*, trazem o debate para o nível macro da correlação dos efeitos entre investimentos educacionais, níveis de escolarização, de renda per capita e suas relações com o crescimento econômico dos países. Examinaram algumas das características que tornam importante a noção de capital humano em relação aos processos de crescimento econômico de uma sociedade. Suemy Yukizaki e Francisco Silva Cristiano, por sua vez, escrevendo a partir do contexto nordestino, tendo como base de pesquisa o Campus Codó do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, debatem a educação básica e profissional, enfrentando os *Desafios de uma nova grade curricular para o PROEJA*, no âmbito do Curso Técnico em Informática daquele Instituto. Em seguida, o artigo de Eucléia Maria Terto da Cunha e Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa, o *Perfil da morbidade dos trabalhadores de uma metalúrgica paraibana*, fecha o conjunto dos primeiros artigos relacionado ao contexto urbano, apresentando uma análise, cujos dados quantitativos e descritivos da pesquisa realizada em Campina Grande, na Paraíba, indicam que o perfil da morbidade apresentada pelos trabalhadores guarda relações estreitas com o tipo de trabalho desenvolvido, no que diz respeito à pressão que os mesmos sofrem por aumento de produtividade em ritmos de produção acelerada.

Um primeiro aspecto que podemos destacar no conjunto dos artigos apresentados é que nos revelam que a categoria teórica e política *terra* tem no campo a centralidade que o conceito e significados de *trabalho* assumem nos debates e compreensão da vida dos trabalhadores e das políticas de educação para a realidade urbana. Na verdade, mais do que na cidade, a relação trabalho e educação no campo mostra-se de forma indissociável e de maneira bem mais evidente. O trabalho na terra está no cerne da compreensão da produção do saber, da socialização dos sujeitos e dos modos de organizar a sociabilidade das relações sociais no campo. O trabalho constitui um valor para os diferentes grupos do campo, envolvendo, indiscriminadamente, a maior parte das etapas da vida, desde a infância até a velhice. O divórcio entre a educação e as diferentes formas de se trabalhar a terra no campo, imposto pela ideologização do modo de vida urbana, está no centro das críticas que se faz à educação rural no país. Não podemos deixar de destacar o esforço e mesmo o sacrifício que a rotina escolar impõe, coercitivamente, sobre as populações infantil e adulta. Estas, no entanto, se esforçam para se manterem na escola, mesmo sofrendo humilhações ideológicas em seu interior e tendo o acesso a elas dificultado, diante das péssimas condições de transporte e das péssimas estradas enfrentadas.

O primeiro argumento da valorização que as famílias do campo atribuem à escola está no esforço que fazem de atender às atividades do calendário escolar, quando este não observa o calendário agrícola dos produtos predominantes nas comunidades de sua abrangência, mais preocupadas que estão com a burocracia institucional. Há que se observar, assim, a existência de uma concomitância da escolarização com o trabalho produtivo no campo. Assim a escola do/no campo não pode ser pensada baseada na ideia de um sujeito-educando universal. O trabalho familiar não só envolve a todos, de todas as idades, mas faz parte do processo de socialização das novas

gerações. Diferentemente da cidade, o adolescente do campo não vai para a escola para ser preparado para seu “futuro de adulto”, mas já vive o trabalho como parte de sua vida e como adulto. Tais características não são apenas um aspecto de diferenciação em relação à representação da escola no meio urbano. É também uma imposição, igualmente, das condições de existência e das representações que as integram coerentemente num modo de vida.

A diversidade de questões relativas à problemática da educação e do trabalho camponês, assalariado e migrante no campo e as lutas sociais que nele se materializam é que constituem o tema do DOSSIÊ, cuja abertura está a cargo do Professor Miguel Arroyo, nas reflexões sobre *Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo*. O professor nos coloca diante de questões enriquecedoras acerca do crescimento das pesquisas no âmbito da relação trabalho e educação no campo que, no entanto, ainda carece de maior centralidade, “uma relação que exige ser desocultada, afirmada e legitimada no pensamento educacional”. Essa é uma importante tarefa a que se propõe, não só à diversidade de textos apresentados, mas também aos pesquisadores e trabalhadores envolvidos com a educação *do* e no campo. Como marca de luta a ser travada, Miguel Arroyo nos oferece importante reflexão sobre a distorção e a ocultação da realidade como pressuposto do exercício do poder de classes dominantes que, historicamente no país, vêm levando a sociedade, os pesquisadores e o mundo acadêmico a tratar a realidade e os sujeitos do campo como irrelevantes e invisíveis.

Não por acaso, o artigo que se segue é em memória e homenagem ao amigo e mestre, Professor Carlos Eduardo Mazzeto Silva, o “Mazzan”. Militante incansável da defesa da agroecologia e dos povos do cerrado brasileiro. Lia criticamente o mundo e a educação na perspectiva do olhar camponês, reconhecendo que, se na realidade brasileira há um esvaziamento da questão agrária e rural pela homogeneização e mercadorização do trabalho e da natureza impostas pelos complexos do agro e “outros negócios”, por outro lado, as contradições ambientais e agrárias dessa realidade recolocam o lugar do campo na disputa pelo projeto de sociedade e de futuro no horizonte de construção de sociedades sustentáveis. Para ele, temos que “reconhecer e dar visibilidade a essa nova perspectiva do mundo rural vivo, pulsante, que quer continuar a ser rural, sendo, simultaneamente, cada vez mais aberto e permeável à relação com o urbano e articulado às questões que atravessam as sociedades contemporâneas”, apontando aí a tarefa fundamental da educação no/do campo: “*Reconhecer a força, a vida, a pulsação que vêm do campo é uma tarefa pedagógica.*”

Para essa mesma perspectiva aponta o artigo do pesquisador Carlos Alberto Dayrell, que trata do modo de vida camponês e do trabalho concreto na *Agricultura geraizeira, identidade e educação*, nos altiplanos da Serra Geral, no entroncamento das bacias dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Destaca, ainda, a prática educativa e o horizonte político da relação pedagógica estabelecida entre técnicos e camponeses na formação agroecológica, apropriada às condições dos biomas cerrado e semiárido no Norte de Minas Gerais.

Nos três artigos que se seguem, encontramos contrapontos a essa prática de agricultura e de modo de vida camponês, revelando os efeitos danosos inerentes às contradições e à precarização das condições de vida e de trabalho, impostas às famílias migrantes e de assalariados rurais pelo avanço do agronegócio no campo brasileiro das últimas décadas. As professoras Adonia Antunes Prado e Luciana D'Arrochella pesquisam a existência da prática de trabalho escravo no mundo e, de modo especial, no Brasil, no interior dos "modernos" complexos do agronegócio. Em *Escravidão contemporânea: dimensões do problema e educação para a prevenção*, as autoras relatam importantes práticas educativas no combate a essa situação, por iniciativa governamental e da sociedade civil, numa concepção de educação crítica e de autoconsciência dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos, enquanto sujeitos de direitos humanos.

Os artigos seguintes apresentam pesquisas, cujo foco são as crianças e os dramas sociais vivenciados por elas na exploração do trabalho infantil e no interior das famílias em que vivem e que vivem do trabalho assalariado rural no interior de Pernambuco e de São Paulo, respectivamente. Em relação a este último, cabe aqui um agradecimento à equipe de editorial da Revista Ruris por autorizar esta nova publicação dos resultados da pesquisa *A família, tal como ela é, nos desenhos de crianças*, das professoras Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e Andréia Peres Appolinário. As autoras revelam, na pesquisa, os efeitos perversos da precarização do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e de laranja na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, a partir das representações das crianças, por meio de seus desenhos. Nesse sentido, não só questionam a ausência de estudos com as crianças e suas representações, na tradição das pesquisas em sociologia, como inovam na metodologia qualitativa e interdisciplinar. Outros autores da antropologia/sociologia também chamam a atenção para o fato de que os temas e pesquisas nas condições específicas das mulheres, dos grupos de jovens e idosos encontram-se em fase de consolidação, com pouca visibilidade, sobretudo no campo, ainda hoje. O artigo de Maurício Roberto da Silva, em "*Trama doce-amarga*": *afinal, acabou a exploração do trabalho infantil no campo canavieiro de Pernambuco?*, traz uma análise crítica das pesquisas que problematizam os dados estatísticos da exploração do trabalho de crianças na região Nordeste. As conclusões, provisórias, apontam para uma manipulação dos dados estatísticos oficiais, que levam em conta apenas os dados quantitativos, sem nenhum questionamento sobre suas dimensões qualitativas e ideológicas. Do ponto de vista do movimento nacional de educação do campo, as pesquisas apresentadas nesses dois artigos trazem grande contribuição não só para a formulação de políticas públicas direcionadas à infância, como também para a proposição, adoção e implementação de práticas pedagógicas concretas, que partam, efetivamente, da compreensão das crianças do campo, como sujeitos políticos que falam e expressam, psíquica e culturalmente, a realidade vivida por elas.

Isso nos remete, de um lado, aos avanços na formulação de uma, necessária, política de educação diferenciada para as populações do campo e ao reconhecimento de que os discursos da universalização da igualdade vêm, contraditoriamente, perpetuando as desigualdades sociais e regionais impostas a essas populações. Por outro lado, o atual momento tem

revelado a necessidade de se avançar rumo à compreensão da concretude das formas e processos do trabalho camponês, nas suas condições de bio-sócio-diversidade dos biomas brasileiros e das realidades econômicas, históricas e sociais nas várias regiões do país. Assim, será possível nos aproximarmos, de forma mais concreta, das proposições educativas e das práticas escolares cotidianas para as diferentes populações e realidades, articuladas pelos princípios e diretrizes do projeto político-pedagógico da educação *do* e no campo.

Nessa perspectiva é que tecem suas argumentações os pesquisadores Patrick Mayen e Paul Olry, no artigo *Formações por alternância: diversidade de situações e perspectivas dos usuários*. Os autores problematizam a separação das dimensões políticas e pedagógicas na complexidade das práticas de formação por alternância, considerando o contexto da formação profissional de empresas francesas. Para isso, observaram uma diversidade de situações, formas, objetivos e estruturação dos tempos-espacos de formação, que os levaram a afirmar a existência de “formações” e não “formação” por alternância e a concluir que é necessário não só ter liberdade para adaptações nos desenhos curriculares, como trabalhar pela obtenção de tempos-espacos para atender às especificidades e diversidades próprias de cada curso e de cada região estudada. Embora no Brasil as experiências de formação por alternância sejam comunitárias e/ou públicas, esses resultados abrem uma perspectiva promissora de diálogo com a realidade brasileira. Diversos autores brasileiros, estudiosos da “pedagogia da alternância”, como Lourdes Helena Silva, pesquisadora da Universidade Federal de Viçosa (MG), vêm, desde a década de 90, mostrando as diferentes situações e desenhos curriculares das experiências comunitárias de alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) no país, sua rica complexidade e consequentes desafios políticos e pedagógicos.

Diversos autores têm sinalizado que, no contexto de participação nas lutas sociais, os trabalhadores se educam em um processo de aquisição de uma identidade coletiva. Em uma de nossas pesquisas com lideranças camponesas, entre os anos de 2008 e 2010, foi possível identificar um *patrimônio de saberes, valores e habilidades* produzidos por diferentes gerações de lideranças na prática de trabalhar e lutar.<sup>1</sup> Nesse mesmo sentido, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, em *Educação e formação: bandeiras de luta para um Movimento Social*, e Sônia Maria Roseno e Rogério Cunha de Campos, em *Notas sobre “marcha” e “mística” no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)*, pesquisam os processos de formação e de identidade presentes na “mística” e nas formas de lutas empreendidas pelo MST, demonstrando ainda que, como nos movimentos sociais mais recentes no campo, a educação também ganhou visibilidade como bandeira de luta. Suzana Ribeiro, por exemplo, através da pesquisa de história oral e de vida, pesquisou os significados e processos de formação que aconteceram para homens e mulheres, durante o deslocamento da Marcha Nacional do MST que ocorreu em 2005.

---

<sup>1</sup> Cf. AUGUSTO, R. C. **Aprender na prática**: narrativas e histórias de lideranças camponesas no Sertão Norte de Minas, nas três últimas décadas. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2011. (Tese de Doutorado).

Outros artigos ainda enriquecem, relatam e abordam o debate político e pedagógico da educação escolar do campo, através de pesquisas focando diferentes aspectos sobre a relação trabalho e educação e que apontam na direção da superação da perspectiva excludente e urbanocêntrica da educação rural, contrapondo-a à concepção de uma educação *do* campo, como um direito à diferença e não como política compensatória. A prática das escolas de assentamentos do MST e como estas traduzem o princípio do trabalho como elemento fundante da prática educativa são questões abordadas no artigo *Trabalho e escola nos assentamentos do MST*, assinado por Sandra Luciana Dalmagro, e indicam a íntima relação das lutas do Movimento com suas proposições na área da educação. A prática docente e as experiências das classes multisseriadas, no artigo que trata d' *O cotidiano de professores de salas multisseriadas*, de Maria Nailde Martins Ramalho e Roseli Pacheco Schnetzler, apontam o descaso do Poder Público com a educação do campo e nos apresentam a luta de professores que demarcam, de forma singular, sua maneira de ver, de sentir, de atuar e de interpretar o seu papel docente nas múltiplas dimensões constitutivas que expressam em sacrifício, solidão, renúncia, insegurança, memória, prazer, subjetividade e transgressão. O movimento de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, traçando paralelos com os movimentos de luta pela terra é abordado n' *Um estudo das relações entre a EJA e a Educação do Campo*, de Arlete Ramos dos Santos e Gilvan dos Santos Sousa, no qual os autores concluem que a EJA, vista como modalidade de ensino, faz parte da educação do campo, ambas como objeto de variados debates e enfrentamentos envolvendo os movimentos sociais, os intelectuais e os camponeses envolvidos na luta pela garantia de uma educação de qualidade que seja implementada a partir de pressupostos teóricos e epistemológicos voltados para a emancipação humana e a transformação social.

Concluindo o Dossiê, na perspectiva dos estudos pós-coloniais que têm indicado o esgotamento da concepção de sujeito genérico, denunciando que esse modelo humano genérico foi construído a partir de exclusões e silenciamentos diversos, o artigo de Fabiano Oliveira Moraes apresenta, muito oportunamente, pesquisa acerca d' *O saber camponês nos contos tradicionais do Brasil: a narrativa na educação no campo*, numa contraposição ao paradigma do conhecimento moderno que pretende subalternizar o saber camponês pelo saber científico. Os resultados não apenas apontam para a necessidade de romper-se com a tendência de essencialização do sujeito camponês e reconhecer-se o caráter híbrido de sua identidade, mas também indicam que o resgate e a divulgação de tais contos por parte dos educadores populares no campo viabilizam estratégias de negociação de posições a favor do reconhecimento de que os saberes são múltiplos e situados.

Desejamos às(aos) leitoras(es) uma boa, e bela, leitura das *nuances* que se apresentam nesta edição, retomando a "ideia" de que sair "dela" e torná-la obra "leva tempo e pede liberdade" e, na trilha das tantas lutas expressas aqui, nunca é demais lembrar que "reconhecer a força, a vida, a pulsação que vêm do campo é uma tarefa pedagógica" e que essa tarefa ensina não só os do campo ou os que o defendem e nele militam. Também ensina os que nele permanecem à espreita de exploração e barbárie que se trata do trabalho

humano e que não vão passar com(o) tratores. Que desçam e se juntem ou não se atrevam.

Rosely Carlos Augusto<sup>2</sup>

Ailton Vitor Guimarães

---

<sup>2</sup> A autora é Doutora em Educação, Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Educadora Popular da Rede de Educação Cidadã. E-mail: rosely54@yahoo.